

MULHER MODERNA, MULHER REAL: IMPRESSÕES SOBRE O GÊNERO FEMININO EM CLAUDIA E TPM

*MODERN WOMAN, REAL WOMAN: VIEWS ABOUT GENDER IN
CLAUDIA AND TPM MAGAZINES*

Gabrielle Bittelbrun
Simone Pereira Schmidt

Resumo: As revistas brasileiras *Claudia* e *TPM* justificam a própria existência atestando seu impulso à liberação feminina ou ainda se afirmando como guias práticos para entretenimento e ações do cotidiano da mulher “moderna” ou da mulher “do mundo real”. No entanto, as publicações não deixam de delimitar o gênero feminino como se fosse coerente, estático e homogêneo, invisibilizando, inclusive, outros modos de ser e agir. Partindo de observações gerais de edições dos últimos 10 anos, entre 2004 e 2014, desses dois veículos, e com o apoio de autoras dos estudos feministas, como Scott (1995), Funck (2014) e Lugones (2014), pretende-se levantar questões sobre quais são as atribuições relegadas às mulheres, como maternidade e cuidados com o corpo, bem como quais podem ser as consequências dessas escolhas das revistas. A intenção é problematizar, inclusive, a maneira com que, por meio de uma série de recomendações, as publicações sugerem uma vigilância contínua sobre as várias áreas da vida, como se a feminilidade fosse algo a ser continuamente preservado ou como se só existissem aquelas formas de ser mulher.

Abstract: Brazilian titles such as *Claudia* and *TPM* justify their own existence assuming that they are able to strengthen feminine liberation and assuming that they can be guides for day-to-day actions and entertaining of the “modern woman” or “real world’s woman”. But, actually, the titles reinforce female gender as if it could be coherent, static and homogeneous. In this process, they invisibilize other ways of acting and being. Observing editions from 2004 to 2014 of those magazines, and with the support of feminist researchers such as Scott (1995), Funck (2014) and Lugones (2014), it is intended to question women attributions, like motherhood and body care. It is also intended to question the way that those magazines suggest a continuous monitoring of a lot of aspects in women’s life. The titles suggest the femininity as something that needed to be preserved continuously and they also suggest that there are only determined ways of being a woman.

Palavras-chave: *Claudia*; *TPM*; gênero; mulher; feminismo.

Keywords: *Claudia*; *TPM*; gender; woman; feminism.

INTRODUÇÃO

Pensar em mulher atualmente deve implicar no que a pesquisadora Susana Funck (2014, p. 30) chamou de um dos maiores desafios das feministas: “o de reconhecer e desestabilizar as representações de gênero, em especial as do feminino, que circulam sem qualquer questionamento no mais importante aparelho ideológico da contemporaneidade: a mídia”.

Como Joan Scott (1995, p. 15) já havia enunciado, é necessário observar as maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Um olhar geral sobre o que dizem edições recentes das revistas *Claudia* e *TPM*, entre 2004 e 2014, como parte dos discursos contemporâneos, pode servir como um apoio para se complementarem tais debates.

Revista feminina mais antiga em circulação no Brasil a manter o mesmo formato¹, *Claudia* foi lançada pela Editora Abril em 1961, firmando-se sobre a proposta de modernidade e liberação do gênero. Ao exaltar ideais como da mulher no mercado de trabalho ou defender métodos contraceptivos, a revista adotou posicionamentos considerados subversivos, naquela década de 1960. O veículo reiteraria a todo o tempo a modernidade também por meio de dicas e recursos de um suposto universo feminino, com proposição de produtos e técnicas de embelezamento de última geração e inovações, à época, como os estúdios de culinária e decoração. O próprio nome *Claudia* sugeriria uma proximidade com a leitora, como se a revista fosse uma amiga e soubesse quais seriam as principais problemáticas do seu cotidiano, estando ainda sempre disposta a trazer as “novidades” que essa leitora precisaria saber. O veículo chegaria ao século 21 com esse mesmo tom de conselheira e atenta ao moderno, beirando uma tiragem de 389 mil exemplares mensais em 2015 (ABRIL, 2015).

Por outro lado, a jovem *TPM*, lançada em 2001 pela Editora Trip, surgiu com o indicativo de se contrapor aos estereótipos relacionados à figura feminina. Para tanto, “*Trip*² Para as Mulheres” – ou, na sigla, *TPM* – se valeria de enfoques diferenciados, com assuntos como violência sexual e aborto. A revista contemplaria aquela do “mundo real”, como aponta o site da Editora Trip (2015), ou ainda, seria destinada à mulher “quase ofendida em sua inteligência e autoestima pela forma como são produzidas diversas revistas femininas vigentes nas prateleiras do país”, como se expôs no primeiro editorial, assinado por Paulo Lima, em maio de 2001. Em outras palavras, o veículo

¹ Capricho e Manequim são mais velhas que *Claudia*. No entanto, lançada em 1952, *Capricho* sofreu, na década de 1980, uma profunda mudança de formato, deixando de ser uma publicação de fotonovelas e passando a ser uma revista voltada para as adolescentes. Em 2015, a versão impressa do veículo deixaria de circular, mantendo-se apenas a versão para tablet. Já *Manequim*, de 1959, deixou de usar moldes para a costura de roupas, atrativo inicial da revista que, hoje, ainda concentra assuntos de moda, apresentando as tendências fashion, além de conferir espaço a assuntos como culinária e maquiagem (MIRA, 2001).

² A revista *Trip*, da Editora Trip, foi lançada em 1986, visando ao público masculino. Em 2015, sob o slogan “Uma revista que pensa e diz o que pensa”, a publicação teria 30 mil exemplares mensais, dedicando-se a esportes, cultura e sem deixar de trazer ainda ensaios sensuais de mulheres, comuns em revistas voltadas para esse público.

seria, senão o oposto, bem diferente de outras revistas do setor, como *Claudia*, o que é reforçado desde o título desse primeiro editorial, “Eu não sou”. Em 2015, a revista da Editora Trip ficou na casa dos 35 mil exemplares por mês. Esse caráter quase “exclusivo” de *TPM* seria um dos quesitos que apontariam para uma publicação mais independente e inovadora, supostamente fora do eixo da “grande massa de leitoras” – o que justifica ainda mais uma comparação com *Claudia*. Voltando-se para a mulher moderna ou para essa mulher do mundo real, as duas revistas suscitam questionamentos sobre de quem, afinal, tratam, ou o que seria esse gênero feminino.

Vale lembrar que, embora, como explicaram Macedo e Amaral (2005, p. 87), a pioneira Margaret Mead tenha proposto, em 1935, a teoria de que sexo é biológico, enquanto comportamento sexual seria uma construção social, sugerindo implicitamente a diferença entre sexo e gênero, o termo “gênero” ganha força, de fato, apenas no final do século 20, como uma tentativa das feministas de reivindicar um campo de definição. Posteriormente, a expressão seria colocada em xeque. A mexicana Marta Lamas (1995) teria alertado que o uso dessa expressão causaria algumas confusões, significando ora certos aspectos de relações entre os sexos, ora representando simbolização cultural de diferença sexual.

Além disso, enquanto nos anos de 1980, ele teria diluído os termos mulher, feminismo e teorias feministas, sendo uma alternativa para se fugir de palavras relacionadas a uma radicalidade que suscitava preconceitos na academia, nos anos de 1990, a ênfase no gênero passou a pressupor o estudo não só de mulheres como também de homens. Como expõe Costa (1998, p. 132), “não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos 90”. Assim, via-se a mulher perder espaço mesmo nos campos que teriam surgido com um intuito feminista. Por isso, essa última autora iria defender o retorno à categoria “mulher”, como uma identidade politicamente assumida, invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, econômico, geográfico, racial, sexual etc., a partir do qual se leria o mundo.

Mais recentemente, no entanto, os sentidos de gênero e mulher foram convergindo e, à medida em que o primeiro termo acaba por lançar mais luz sobre as relações sociais, o segundo evidencia de quem se fala, de forma explícita e engajada. Como Lamas (1995, p. 17) havia suspeitado, embora o uso de gênero traga alguns questionamentos conceituais, do ponto de vista político ele pode ser útil, conduzindo ao debate sobre o masculino como neutro ou até impulsionando avanços em instituições e práticas sociais, principalmente nos espaços e discursos que ainda não admitem essas problemáticas.

De qualquer forma, como afirmou Bordo (1990 apud MACEDO; AMARAL, 2005, p. 88), podemos até desejar “transcender as dualidades da diferença sexual” mas, “quer nos agrade ou não, na cultura presente as nossas atividades são codificadas como ‘masculinas’ ou ‘femininas’ e funcionarão como tal no sistema prevalecente das relações de poder entre os sexos”. Portanto, na intenção de se problematizar e desestabilizar

essas relações, acredita-se que seja válido adotar, enfocando-se no contexto brasileiro, tanto o uso de gênero, mais no sentido das relações na sociedade e de constructos culturais que recaem especialmente sobre o grupo mulheres, como o uso da categoria mulher, em um movimento de afirmação da figura feminina. Porém, não se pode perder de vista ainda que mulher precisa ser admitida em toda a sua heterogeneidade e entendida “não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (COSTA, 1998, p. 132).

Enfim, Hall (2014) destacou quatro pensadores, Marx, Freud, Saussure e Marx e o feminismo como os responsáveis pelo descentramento do sujeito moderno. Pensar sobre a sociedade, o inconsciente, a linguagem, o poder e o feminismo teriam contribuído para se confrontar a estabilidade do sujeito. Mas, mais do que isso, como afirmou Schmidt (2015, p. 486), refletindo sobre a obra de Hall (2014), “é a partir do feminismo que nos vimos expulsos definitivamente da casa patriarcal, esse lugar onde reinou sozinho, por séculos, o sujeito moderno, racional, masculino, heterossexual, branco, ocidental”.

Assim, reflexões sobre “gênero” e “mulher”, como alicerces do feminismo, tornam-se fundamentais não só para se pensar na condição da figura feminina como um todo na sociedade como também nas suas intersecções, nas figuras que estiveram fora dos conceitos binários ou, de forma geral e específica, naquelas ausentes dos lugares sociais mais privilegiados. A questão pontuada aqui é ainda como isso se processa em duas revistas tão conhecidas no mercado editorial brasileiro.

DEBATES SOBRE GÊNERO E/OU MULHER

Detalhando três abordagens nos debates sobre gênero, Joan Scott (1995) aponta que, primeiro, teria se tentado explicar as origens do patriarcado; em seguida, o termo se relacionaria a uma tradição marxista, procurando um compromisso com as críticas feministas, enquanto um terceiro momento – dividido entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto – teria se inspirado nas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A autora destacou que a palavra “gênero” partiu de uma rejeição ao determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual. Nesse sentido, o termo forçaria as discussões para as influências históricas e sociais, a despeito das teorias que atestavam a diferença entre homens e mulheres como fato comprovado pela ciência. Em uma forma aparentemente mais sutil de se levantarem as discussões feministas do que apenas se falar na palavra “mulher”, “gênero”, seguindo-se ainda com o que levantou a autora, remeteria mais à relação entre masculino e feminino e que o estudo de um implica, necessariamente, no estudo do outro. Em termos gerais, para Scott

(1995), isso facilita um modo de decodificar o significado que as culturas conferem à diferença de sexos e uma maneira de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. A autora vê gênero como um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio de uma complexa tecnologia política - e que abarca, inclusive, os discursos atuais de revista.

Por outro lado, como já se expôs, as críticas ao termo surgiriam tanto pelo espaço que o termo iria conferir ao masculino, como pelas limitações em se debaterem as diferenças, ao se ver gênero como algo unificado. Lauretis (1994, p. 207) atestaria que, a partir dessa visão, “não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva”.

De qualquer forma, via de regra, o termo gênero seria a representação de uma relação de pertencer a um grupo, classe, categoria, em posições sociais carregadas de determinados significados. O fato de alguém ser representado como masculino ou feminino subentenderia uma dada totalidade dos atributos sociais.

Enfim, para Nicholson (2000), gênero teria dois significados: primeiro ele seria usado em oposição a sexo, como socialmente construído e sendo pensado como referência ao comportamento, personalidade e não corpo; segundo, gênero seria qualquer construção social que tenha a ver com masculino e feminino. Porém, como ela coloca, se corpo é sempre visto como construção social, sexo não pode ser independente de gênero e, nesse sentido, gênero abrangeria sexo. Falar de gênero, portanto, em um esforço acadêmico, requer um posicionamento crítico e abrangente.

Seguindo-se nas discussões, Judith Butler (2008), retomando os pensamentos de Wittig, reforça que gênero pressupõe feminino, à medida em que o masculino seria a norma. A autora ressalta que, na distinção em relação ao sexo, gênero seria o aparelho de produção, o meio discursivo e cultural por meio do qual a natureza sexuada ou o sexo são produzidos e também estabelecidos como pré-discursivos. Essa falsa “naturalidade” traz, então, individualidades impostas, atribuições arbitrárias, procedentes de múltiplos setores sociais a todo o tempo. Nesse sentido, sexo, gênero e desejo seriam relacionados como um todo supostamente coerente, sempre se reiterando uma heterossexualidade compulsória. Assim, para ela, seria o gênero que produz o sexo por meio de uma performatividade da linguagem.

Essa perspectiva é reforçada por autoras como Fausto-Sterling (2002, p. 79), para quem as crenças sobre gênero afetam o conhecimento dos cientistas sobre sexo. Segundo ela, o próprio conhecimento científico dos hormônios, do desenvolvimento do cérebro, e do comportamento sexual são construídos em contextos sociais e históricos específicos e carregam suas marcas. Embora os discursos da ciência, que baseiam seus argumentos de diferenciação entre os sexos na biologia e em dados que seriam “naturais”, sejam vendidos como verdades máximas absolutas – inclusive pelos

especialistas das revistas em questão –, eles não estão imunes ao senso comum que permeia as considerações sobre homens e mulheres. Como Rosaldo (1980, p. 400) já tinha previsto, portanto, “o lugar da mulher na vida social não é um produto das coisas que ela faz (ou menos ainda uma função do que, biologicamente, ela é), mas o significado que as atividades dela adquirem dentro da interação social”.

Seja como for, essas estudiosas desestabilizam gênero e atestam não só as bases arbitrárias sobre os quais é construído e o papel dos discursos nesse processo, como também reiteram a transitoriedade com as quais as identidades são formadas. Portanto, Hall (2014, p. 11) converge especialmente para esses pensamentos de Scott (1995), Lauretis (1994) e Butler (2008) ao afirmar que, atualmente, em função dos processos sociais, a identidade torna-se uma “celebração móvel”, sendo formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais se é interpelado nos sistemas culturais.

A identificação de gênero seria igualmente instável. Reforça-se a todo o tempo a ilusão de uma coerência, que pode ter um certo efeito tranquilizador frente aos indivíduos, de modo que o princípio de masculinidade, por exemplo, baseia-se na repressão necessária dos aspectos admitidos como femininos, como se fosse uma regra geral partilhada por todos. Como acrescenta Riley (1988), dentro do próprio gênero, a descrição geral pode se partir de várias maneiras e os vários elementos se chocam uns contra os outros. Desse modo, é possível se estar dentro do padrão de gênero feminino sob um aspecto, escapando-se a ele em outro. O sujeito, então, é fragmentado, contraditório e os processos de identificação são mais provisórios e problemáticos, alterando-se inclusive conforme o contexto, o que não só nega a estabilidade e o binarismo de gênero como também qualquer concepção de uma identidade inteira, unificada e acabada.

Essa configuração transitória não deixa de sinalizar justamente meios de liberdade e subversão. Seguindo-se no raciocínio de Butler (2008), o pertencimento ao gênero feminino dependerá continuamente de uma repetição que nunca será igual, mas sofrerá alterações em um ou outro aspecto e nessa repetição é que estariam as formas de fissura a um poder normativo. Assim, ao se refazerem as ações típicas do feminino, por meio de ligeiras mudanças, essa categoria iria sendo re-feita. Nessas ações podem se concentrar, inclusive, possibilidades de agenciamento das mulheres, que podem adotar ou não determinadas performances típicas ao gênero conforme o lugar que desejam ocupar, jogando com o que é esperado socialmente.

É preciso destacar, no entanto, que esse processo nunca é totalmente pacífico, à medida em que aqueles que são transgressores não escapam de sanções. “A encarnação do gênero é desde sempre agressiva e nos torna isso que somos – superfícies naturalizadas pela ilusão ontológica do binarismo sexual com finalidades reprodutivas”, complementou Diniz (2014, p. 12). Essa forma de “agressão” se dá até pela própria violência física aos desviantes, o que fica bem claro pelas assustadoras notícias de agressões aos travestis ou gays, por exemplo, mas também, e talvez principalmente, pela própria invisibilização desses grupos em meios como as próprias revistas *Claudia* ou *TPM*.

AS ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO EM REVISTA

Como vem se colocando, as ideias de um gênero não são fixas, variando conforme o contexto, sendo construções muito mais subjetivas e até fictícias do que características inerentes ao indivíduo. Do mesmo modo, “homem” e “mulher” devem ser entendidas como “categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (SCOTT, 1995, p. 28).

Assim, por um lado, revistas femininas como *Claudia* e *TPM* trabalham continuamente com a pressuposição de uma coerência do gênero feminino, como se fosse algo estático, a ser condensado naquelas páginas. Por outro lado, não há como dizer de maneira contundente o que seria esse grupo mulher em cada época e, do mesmo modo, ao reiterarem o que seria essa categoria mulher, os discursos em revistas apontam quem ela não seria.

A mulher idealizada pela equipe de *TPM*, por exemplo, e que é enunciada nos discursos do *Mídia kit* (TRIP, 2015), visando a se atrair os anunciantes, norteia as matérias que serão feitas e as peças publicitárias que serão inseridas. Mas, em essência, ela não existe, ou seja, não há uma mulher ou um grupo de mulheres que se comporte exatamente como o previsto seja pela revista ou, em nível macro, pela sociedade.

A mulher idealizada pela equipe de *TPM*, como público-alvo, pode ser aquela que foge dos clichês de morar sozinha, casar ou ser reconhecida na carreira até determinada idade, como recomenda a edição de agosto de 2010, que traz na capa a apresentadora e atriz Maria Ribeiro. Mas, com isso, sugere-se a não-leitora, como aquela que, de fato, busca ter filhos até os 30, por exemplo, ou atender a outras expectativas sociais quanto à profissão e casamento. No caso de *Claudia*, ao se apontar como símbolo de sucesso a modelo Gisele Bündchen na edição de maio de 2010, atestando-a como ícone de beleza mundial, profissional bem-sucedida e exaltando sua família, marido e filhos, a publicação denuncia, na mesma medida, a mulher que não se encaixa naqueles padrões de beleza, que não tem marido e filhos ou não é reconhecida profissionalmente como a não-mulher ou, no mínimo, como a mulher que não mereceria ser representada nas páginas.

Relembrando-se Costa (2002: 69), a categoria “mulher” deve ser entendida como “histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos”, em diferentes temporalidades e densidades e existindo em relação a outras categorias igualmente instáveis. Assim, embora não se pretenda aprofundar aqui em questões de raça³, por exemplo, um olhar sobre *Claudia* nos últimos 10 anos aponta que apenas Camila Pitanga e Taís Araújo representaram o grupo nas capas da revista,

³ Para conferir um debate sobre a questão racial na revista *Claudia*, vide Bittelbrun (2014).

aparecendo em 2006, 2009, 2010, 2012 e 2014⁴, em hiatos que chegariam a dois e três anos. Enfim, embora retrate negros com mais frequência do que *Claudia*, *TPM* também acaba convergindo para uma discriminação quanto à raça ao se olhar esse espaço das capas, principalmente considerando-se que, no total, em análise geral das capas, foram encontrados negros em 13 momentos ao longo de 11 anos de publicações e, ainda assim, em cinco ocasiões uma pessoa branca estampou a outra opção de capa da revista⁵.

Esses números apenas pontuam como há heterogeneidades escondidas por trás do marco regulador da aparência de “natural” que seria a mulher moderna que aparece em *Claudia* ou a mulher do mundo real de *TPM* e que acabam convergindo apenas para modelos restritos.

Enfim, para Lugones (2014, p. 935), a própria modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis, o que acaba por excluir indivíduos. Mas no caso das revistas, a própria segmentação pressupõe essa categorização, sugerindo-se áreas de interesses para o grupo feminino, enquanto outras, geralmente opostas, seriam do masculino.

Autoras como Scalzo (2003) já apontaram que, na verdade, as revistas surgiram como algo tipicamente feminino, em meados do século 17, na França. Com uma linguagem fácil e textos mais curtos do que as tradicionais obras literárias, por exemplo, esse tipo de publicação facilitaria uma leitura a ser interrompida pelos trabalhos domésticos e cuidado com os filhos, tão associados às mulheres na época.

No Brasil, principalmente depois da segunda metade do século 20, com o desenvolvimento da indústria e do comércio, impulsionando os anúncios publicitários, e o aumento do poder de compra das mulheres, as revistas admitidas como femininas se consolidaram. Com uma forma própria de jornalismo, envolvendo técnicas textuais e gráficas de aproximação com as leitoras, uma linguagem coloquial e temas referentes ao cotidiano, as publicações alcançariam as fórmulas tão conhecida de hoje. O tom de confessorário remeteria às amizades entre mulheres que, como apontou Giddens (1993), desde o período vitoriano contribuiria para se superar os desapontamentos no casamento.

Se às mulheres caberiam publicações que falassem, principalmente, de moda, comportamento, cuidados da casa e, claro, maternidade, para os homens, os títulos, que emergiram principalmente após a década de 1970, seriam voltados para pesca, esportes, carros, tecnologia e ensaios sensuais femininos, como a conhecida *Playboy*, de 1975, convergindo para o que, em linhas gerais, é trazido também por *Trip*. A suposta essência de cada gênero determinaria, inclusive, os detalhes dos *layouts*, com uma

⁴ As edições de *Claudia* protagonizadas por negras no período foram março de 2006; setembro de 2009; abril de 2010; agosto de 2012 e agosto de 2014.

⁵ *TPM* costuma trazer duas opções de capa para cada edição. Este levantamento foi realizado com base nas capas disponibilizadas pela *TPM* no site da revista. Caso alguma versão de capa não tenha sido disponibilizada, ela não pode ser contabilizada aqui.

delicadeza que se estenderia até os traços das fontes de letra, fugindo-se da rusticidade associada ao masculino.

Mira (2001) alertou que tentativas da Editora Abril com títulos que dissolveriam essas tradicionais associações do masculino e feminino falharam, como uma revista de negócios dirigida às mulheres ou de sentimentos para homens, respectivamente *Mulher Atual* (1990) e *Nova Homem* (1985)⁶, que deixaram de existir. No entanto, vale notar que essas diferenciações nem sempre correspondem às preferências do público. Tanto que o interesse de mulheres na revista *Trip* chamou a atenção da Editora – elas responderiam por 25% do público de *Trip* em 2001 e 22% em 2015 –, o que teria sido um incentivo para o lançamento de *TPM* (TRIP, 2015). De qualquer forma, é certo que tais distinções facilitam uma lógica de mercado, atraindo-se anunciantes bem específicos para um título e outro e contribuindo para as fontes de receitas, além de se facilitar nas abordagens.

Seja como for, a ideia de um feminino coerente e homogêneo embasaria essa produções midiáticas do século 21, envolta por uma capa de condições que levariam a uma determinada mulher, fosse ela moderna ou do mundo real, ao mesmo tempo em que se remetendo a antigas atribuições e simbologias que seriam típicos do “ser mulher”.

Portanto, é fácil observar a recorrência de determinados temas nas revistas *Claudia* e *TPM*, como moda, comportamento, beleza, decoração, sempre associados a esse tipicamente feminino. Os dois títulos não deixariam de abordar o lado emocional e amoroso, como um resquício do suposto instinto maternal. Às mulheres se esperaria uma maior relação com a espiritualidade, com o emotivo, reiterando-se, nesse sentido, sua aproximação com a natureza, ao passo que os homens seriam aqueles próximos ao racional. Não se perdeu por completo, então, aquela imagem que, para Engel (1997: 332) seria uma das “mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século 19 ocidental”, ou seja, “aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-se ao homem identificado à cultura”.

No primeiro editorial de *TPM*, em maio de 2001, o editor Paulo Lima parece iniciar um movimento diferente, destacando ações de mulheres, ao afirmar que *TPM* seria destinada àquelas que “querem construir, aprender, se divertir, mudar o planeta, vivenciar opções bem diferentes das previstas nos planos sem sua participação” ou ainda para as que estão “prontas para viagens de todos os tipos, sem culpa com relação ao consumo, ao sexo, abertas à informação nova, aos esportes, às outras culturas e formas de ver o mundo”. Porém, o editor complementa que a revista seria para aquelas que querem “espalhar amor pelo mundo”, ressaltando mais uma vez o lado obrigatoriamente emotivo das mulheres.

⁶ É necessário observar que talvez o fracasso dessas publicações não tenha se dado exclusivamente por essa inovação de enfoque, mas também por técnicas de execução do projeto, como o modo com que os temas foram abordados, ou ainda pela falta de conexão com o público alvo daquele contexto específico.

Essa ligação se sobressalta, inclusive, quando se olha para as duas publicações da Editora Trip. Na versão masculina de *TPM*, *Trip*, é evidente uma sexualidade muito mais exacerbada, com os corpos semi-nus de mulheres na capa muito mais frequentemente do que de corpos de homens – ou ainda de mulheres – semi-nus em *TPM*, mantendo-se, nesse sentido, a referência ao lado emocional feminino, em contraposição à intensa sexualidade atribuída aos homens. Mesmo assim, é necessário pontuar que *TPM* já registra uma inovação nesse sentido, ao trazer homens em poses sensuais na seção “Ensaio”, vigente nas edições atuais.

Em *Claudia*, corpos semi-nus simplesmente não têm espaço – no máximo, silhuetas masculinas aparecem como ilustração, como em *Ele só pensa em dormir* (CLAUDIA, abr., 2013). O que se vê à exaustão são corpos de mulheres, devidamente vestidos, a servir de inspiração para técnicas de embelezamento ou como modelo de identificação de comportamentos. Embora se considere, então, de forma recorrente, a busca feminina por um parceiro, o apetite sexual da mulher é diretamente ligado ao emotivo, não se expondo o corpo do homem como objeto de desejo.

IMPERATIVOS DE MATERNIDADE E MAGREZA

No caso de *Claudia*, acompanhado das proposições sobre decoração, culinária e outros cuidados da casa na delimitação do âmbito doméstico como atribuição do feminino, esse reforço à ligação com emocional integraria um papel-chave da mulher: a maternidade. Priore (1993, p. 66) destaca a importância do período colonial brasileiro na valorização da imagem da mãe. Para ela, o discurso normatizador, que tinha como grandes aliados os saberes médico e religioso, objetivava valorizar o casamento e, dentro dele, a função considerada “natural” da maternidade, a fim de converter as populações femininas a um modelo de comportamento que fosse útil ao projeto civilizatório.

Ao mesmo tempo em que garantiria o aumento da população da colônia, a figura da “santa-mãezinha”, dedicada ao lar, aos filhos e ao marido, evitaria qualquer possibilidade de desordem e contravenção. Além de serem vistas como seres inferiores e débeis, dependendo de cuidado e vigilância masculinos e carregando corpos cheios de mistérios que, até então, não tinham sido esclarecidos pela medicina, as mulheres seriam a via para a queda e perversão dos homens. Isso fez com que a sexualidade feminina passasse a ser controlada, à medida em que seria a porta de entrada para a degenerescência, para a propagação de doenças e até para a mestiçagem que ameaçaria a nobre “raça imperial”.

O fato é que, em *Claudia*, a função maternal se multiplicaria em matérias e edições inteiras, como as edições de maio, mês do dia das mães, perpassando, inclusive, outros setores do suposto cotidiano feminino. Portanto, se em décadas anteriores a revista destacou ocupações adaptáveis às atribuições de mãe e cuidadora do lar, mesmo no século 21, ainda há enfoques como “sete passos para se tornar uma mãe ‘sem culpa’”, mesmo se trabalhando fora de casa (CLAUDIA, dez., 2005).

Ao sugerir, no caso, que é necessário se ler *Claudia* para ficar com a consciência tranquila como profissional e mãe, a publicação destaca que, em princípio, a mulher sente essa culpa e que seria algo “típico” e “normal” por pertencer àquele gênero naquele contexto social determinado, com a valorização da profissão e a manutenção dos valores maternais.

Nesse amplo aparato de tarefas do feminino nas revistas, uma obrigação despontará com força, atuando como mais uma via de controle sobre os corpos: os cuidados estéticos. Na verdade, como ressaltou ainda Vigarello (2006), o recuo do pudor, a partir da segunda metade do século 20, implica um novo trabalho sobre o corpo, com a musculação e a dietética em busca do das formas longilíneas. Zozzoli (2005, p. 71) destaca que “o corpo é, portanto, percebido como uma matéria que deve ser trabalhada”, envolvendo uma série de práticas estéticas.

Nota-se que, apesar da gordura já ter sido também relacionada à generosidade, ao enriquecimento e à prosperidade no Renascimento, época em que a magreza simbolizou miséria e definhamento, ao longo do século 20, experimentou-se uma aversão a ela. A magreza foi coroada não só por influência da “silhueta flecha” da década de 1920, propagada por jornais e revistas, mas pelas manequins *twiggy* e até com as bonecas Barbie, com seu contorno esguio, sua pele polida e seu indissociável ideal de juventude, somando-se ainda à glorificação das estrelas de cinema e da publicidade.

O aumento das técnicas de emagrecimento, com intervenções cirúrgicas e procedimentos específicos, fez com que as formas longilíneas se intensificassem a tal ponto que Vigarello (2006, p. 187) destacaria alguns parâmetros. Segundo ele, em 1933, a revista francesa *Votré Beuté* sugeria 60 kg como peso ideal para uma mulher medindo 1.68 de altura. Já em 2001, a atriz de cinema Angelina Jolie, com a mesma altura, pesou apenas 48 kg – e passaria a primeira década do século 21 extremamente magra, com rumores de que teria um distúrbio alimentar.

Enfim, a gordura passou a ser vista como desvio mantido senão por vontade, no mínimo, por consentimento ou desleixo do seu indivíduo portador. A pessoa gorda seria alguém que deformou o corpo concedido pela natureza, pela ingestão indevida ou compulsória de alimentos; seria alguém com uma impossibilidade e uma falha em controlar seus impulsos de fome e em se administrar, ou seja, alguém com um traço de fracasso pessoal. Tais máximas recairiam com mais peso sobre aquelas que sempre tiveram o corpo em destaque, as mulheres, em uma obsessão que se comprova tanto no espaço conferido por *Claudia* para técnicas de redução de medidas, mas também em edições de *TPM* que tencionam questionar a paranoia com o peso.

Na edição de dezembro de 2006, a publicação da Editora Trip chegou a apresentar uma personagem comum, fora do meio midiático e dos rígidos padrões estéticos. Vanessa Trielli, de 30 anos, sem muita produção e vestindo um maiô, estamparia o exemplar com o tema “Você não é gorda”. Já na edição de agosto de 2012, a cantora

Gaby Amarantos viria acompanhada pela chamada “Eu não visto 38. E daí?”, além da cantora Preta Gil, em uma das versões da edição de setembro de 2013 que questionou a relação entre comida e culpa. Portanto, ao menos nesses momentos pontuais, *TPM* garantiu méritos ao caminhar na contramão da obrigação dos cuidados com o peso, desnaturalizando o corpo feminino magro, exposto na massiva maioria das capas de revistas femininas, o que fica evidente em qualquer ida à banca.

No caso de *Claudia*, a maternidade parece ser o único meio capaz de justificar qualquer aumento de peso. Assim, nas edições entre 2004 e 2014 da revista, apenas uma foge da aparência esguia no espaço de capa: Grazi Massafera, que aparece grávida de sete meses na capa do exemplar de março de 2012. Todas as demais edições serão protagonizadas por mulheres sem qualquer sinal de aumento de peso. Vale registrar ainda que mesmo a barriga de Grazi aparece devidamente coberta⁷ por um vestido – como se não tivesse existido Leila Diniz⁸.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O olhar crítico para edições do século 21 ressalta que, tanto *Claudia*, com uma trajetória de mais de cinco décadas de publicação, como *TPM*, que surgiu com a proposta de seguir na contramão da maioria dos títulos do setor, convergem para uma gama de atribuições ao feminino, remetendo ao gênero como algo fixo e estático. Mais do que isso, com suas colocações, sugerem uma naturalidade na concepção do grupo mulheres, como se fosse biológica a sua ligação com o maternal, com o emocional, como se os cuidados com o corpo fossem intrínsecos à sua existência. Além disso, apontam regras que atingem as mais várias áreas da vida, o que leva a supor que não existiria nos veículos nem a mulher 100% moderna e nem a apontada como do mundo real, à medida em que as publicações precisam destacar, a todo o tempo, quais são as expectativas para uma figura ou outro.

Assim, ao mesmo tempo em que delimitam um gênero feminino supostamente consolidado, os títulos parecem tentar, a todo o tempo, capturá-lo. Afinal, propõem a feminilidade como se ela pudesse escapar e, por isso, precisaria ser nomeada, praticada sempre, monitorada, sob todos os aspectos que a envolveriam. De uma maneira convencional, como faz *Claudia* ao elencar a preocupação com os filhos até na escolha da profissão, ou de maneira mais provocativa, como *TPM* e suas sugestões para ir contra os clichês no planejamento da vida, as duas revistas, ao falar do grupo mulheres, estão constantemente a formá-lo e reformá-lo.

⁷ Em maio de 2012, *TPM* traria na capa a mesma atriz, mas com a barriga de quase nove meses à mostra.

⁸ Atriz enfrentou preconceitos e, na década de 1970, expôs a barriga de grávida, mostrando que gravidez não é doença. Leila, que morreu aos 43 anos, em 1972, também ficou conhecida por suas declarações polêmicas, que desafiavam o machismo.

Mais do que um meio de entretenimento na fila do caixa, no ponto de ônibus ou no consultório do dentista, folhear as páginas dessas revistas – do mesmo modo que passar por outros discursos contemporâneos – é ingressar nas relações sociais de gênero e, nesse movimento, tal como quando se marca um “x” em frente à palavra “feminino” em um formulário, remetendo-se aqui ao questionamento de Lauretis (1994, p. 217), não seria o “feminino” que estaria se marcando em nós? Comprar uma revista ou outra não seria tomar para si aquelas obrigações ou inquietações que se aponta como do ser mulher ou creditar aquelas personagens como modelos a se ter em mente nas ações do cotidiano? Sob esses aspectos, *Claudia* e *TPM* não estão, afinal, não distantes como parecem ser em um primeiro momento, nas bancas.

Além disso, à revelia de uma liberação de gênero, como almejou *Claudia* ao enfrentar polêmicas e falar dos métodos contraceptivos na década de 1960, ou à revelia dos desejos de *TPM* de ser destinada às mulheres “abertas a outras formas de ver o mundo”, os dois títulos, ao estipular regras de ser e agir, podem igualmente promover a exclusão daquelas que não aparecem nas páginas. Embora o processo de escolha das revistas, ao exaltar personagens e silenciar outras, inevitavelmente pressuponha exclusões e invisibilizações, em um processo inerente a qualquer discurso, o fato de isso não ser problematizado e de se atestar constantemente uma coerência falsa de gênero pode acarretar na naturalização daquelas formas e fórmulas determinadas, como se não existissem outras formas de feminino.

Ressalta-se, portanto, a óbvia necessidade de representação dos múltiplos grupos que compõem o grupo mulher, como as negras, tão raras nos títulos destinados ao público feminino, e ainda a importância de se afirmar que há outras mulheres que aparecem pouco ou não aparecem naquelas edições de *Claudia* e *TPM*. Não há um só feminino hoje que deva servir de modelo, assim como não há só feminino sempre.

REFERÊNCIAS

ABRIL [on-line]. *Perfil dos leitores*. Fonte dos dados: estudos Marplan consolidados em 2014. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br>>. Acesso em 23 ago. 2015.

BITTELBRUN, G. V. As negras de Claudia, luso-tropicalismo em revista. *Revista Científica Ciência em Curso*, Palhoça, v. 3, n. 2, p. 157-165, jul.-dez/ 2014.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CLAUDIA. São Paulo: Editora Abril, n.12, ano 44, dezembro, 2005.

_____. São Paulo: Editora Abril, n.5, ano 49, maio 2010.

_____. São Paulo: Editora Abril, n.3, ano 51, março 2012.

_____. São Paulo: Editora Abril, ano 52, n. 4, abr., 2013 (versão para *tablet*).

COSTA, C. de L. O tráfico do gênero. *Caderno Pagu: trajetórias do gênero*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, p. 127-140, 1998.

_____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Caderno Pagu: trajetórias do gênero*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, p. 59-90, 2002.

DINIZ, D. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 11-21.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M del. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 322-261.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Caderno Pagu: trajetórias do gênero*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, n.2, p. 9-79, 2002.

FUNCK, S. B. Desafios atuais dos feminismos. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 22-35.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magna Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LAMAS, M. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría de género. *Revista de estudios de género*. La ventana, núm. 1, vol. I, Guadalajara, Universidad de Guadalajara, 1995.

LAURETIS, T. De. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. De (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 (p. 206-241).

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, set./dez. 2014, v.22, n.3, p. 935-952.

MACEDO, A. G.; AMARAL, A. L. (Orgs.). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento, 2005 (p. 87-88).

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água e Fapesp, 2001.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, CNPQ, Capes, Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares, n. 2, vol. 8, 33p., 2000.

PRIORE, M. D. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

RILEY, D. *Am I That Name? Feminism and the Category of "Women" in History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

ROSALDO, M. Z. The Use and Abuse of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding. *Signs*, Chicago: The University of Chicago Press, Vol. 5, No. 3, pp. 389-417, Spring, 1980.

SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SCHMIDT, S. P. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. In: KAMITA, R. C.; FONTES, L. C.S. (Orgs.). *Mulher e literatura: vozes consequentes*. Florianópolis: Mulheres, 2015, p. 481-497.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

TPM. São Paulo: Editora Trip, n. 1, maio 2001.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 61, dezembro 2006.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 101, agosto 2010.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 120, maio 2012.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 135, setembro 2013.

_____. São Paulo: Editora Trip, n. 123, agosto 2012.

TRIP [on-line]. *Mídia kit 2015*. Diretoria Comercial, projetos e eventos Ana Paula Wehba. Disponível em <<http://www.tripeditora.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Trip-Tpm-Mi%CC%81dia-Kit-2015.pdf>> Acesso em 13 out. 2015.

VIGARELLO, G. *História da beleza*. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ZOZZOLI, J. J. Corpos de mulheres enquanto marcas na mídia: recortes. In: BRAN-DÃO, Isabel (Orgs.). *O corpo em revista: olhares interdisciplinares*. Maceió: Edufal, 2005, p. 47-82.